

A LIBERDADE DE IMPRENSA E A ÉTICA NO DEVER DE INFORMAR

Rosemary Bars MENDEZ

Jornalista e mestre em Comunicação Social pela
Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

O texto faz uma reflexão sobre a ética da imprensa, enfocando a liberdade como direito do jornalista, que deve sempre buscar a verdade dos fatos. O eixo desta análise é o pensamento do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que define a liberdade de imprensa como bem supremo e coloca nas mãos do profissional a responsabilidade social de informar e formar opiniões. Suas argumentações seguem a do liberal Rui Barbosa, para quem a imprensa exerce papel vital na sociedade.

Palavra-chave: Liberdade de imprensa.

ABSTRACT

This paper deals with ethics in the press, focussing freedom as a journalist's right in his search for the truth behind the facts. This analysis is centered on the thoughts and teachings of Barbosa Lima Sobrinho, a brazilian senior journalist. Who defines freedom of press as a supreme good. At the same time, he puts in the hands of the journalist the social responsibility to inform and form public opinion. His points of view are based on the thoughts of Rui Barbosa, a liberal thinker, for whom the press has a vital role in society.

Key word: Freedom of the press.

A liberdade de imprensa e a ética no...

O cotidiano do profissional de imprensa, sempre em busca dos furros jornalísticos, a fim de se sobrepôr à incansável batalha pelo espaço no mercado de trabalho, muitas vezes foge às regras invioláveis da ética que envolvem o dever de informação e permeiam a liberdade da imprensa. A frenética concorrência para sair à frente com uma informação bombástica pode levar jornalistas a cometer equívocos. Por isso, a ética deve ser o ponto de partida para se ter certeza sobre a qualidade da notícia divulgada, evitando erros que a história venha a condenar.

A ética, porém, é uma questão cultural, intrínseca na formação do profissional. Não adiantam padrões em cartilhas e manuais, nem discutir o assunto, se quem desenvolve o trabalho diário não tiver a consciência da importância do que está construindo nas páginas de um jornal ou de uma revista. “A sensibilidade política e o sentido ético são fundamentais para um jornalismo tanto teórico quanto prático, que pretenda ser útil e estar sintonizado às demandas da sociedade. Ser um elemento informativo e formativo de um espírito crítico de leitores” (Renato Levi, 1993:167).

Os limites da profissão

Entre uma análise sobre a ética, ou a falta dela, na hora de se divulgar uma notícia há um conflito que deve ser resolvido: o jornalista que atua nesse mercado, tão explorado e explorador de novos talentos e percepções, precisa distinguir entre o que é notícia fundamentada e aquela plantada pelos que vivem da imprensa.

O escritor Gabriel García Márquez aponta que “a ética deve acompanhar sempre o jornalismo, como o zumbido acompanha o besouro”, fazendo uma análise crítica sobre a ética na e da imprensa ao buscar fatos novos, que geram as necessárias manchetes diárias. Questiona as formas utilizadas para se conseguir dados que sustentem uma matéria, como a gravação de diálogos sem prevenir o interlocutor ou quando é revelada uma conversa tida como confidencial. “Tais atentados contra a ética obedecem a uma noção intrépida da profissão, assumida conscientemente e orgulhosamente fundada na sacralização do furo a qualquer preço e acima de tudo. Seus autores não se comovem com a premissa de que a melhor notícia nem sempre é a que se dá primeiro, mas muitas vezes a que se dá melhor”.

Philip Meyer reconhece a existência de dois tipos de códigos que acompanham o trabalho jornalístico. O primeiro é escrito por uma comissão, que divulga seu conteúdo, que representa como os jornalistas pensam que devem agir. O segundo, que ele chama de “mais poderoso”, não está escrito, “oculto às vezes da consciência do próprio jornalista, por isso mais difícil de descrever e de analisar” (1987:38).

O assunto é polêmico, tem procedência histórica e sempre será considerado atual. A preocupação não é novidade, nem faz parte de uma pauta inédita. É um assunto que persegue os profissionais brasileiros. É como o sinal amarelo de um semáforo, avisando o condutor da informação a estar em alerta para o que escreve. Infringindo o aviso, corre sério risco de ser atropelado pela profissão.

O lugar das idéias

A história da imprensa revela que as páginas dos jornais brasileiros eram utilizadas para a defesa das idéias que circulavam na sociedade que almejava mudanças. Os intelectuais discutiam política nos periódicos que se identificavam e, conseqüentemente, sofriam sanções legais, que limitavam o direito de expressão. “No que se refere à imprensa brasileira, é fácil hoje compreender como a restrição à sua liberdade interessava às forças feudais européias, à metrópole lusa e seu governo; enquanto a sua liberdade interessava à burguesia européia e às forças internas que, aqui, lutavam contra o colonialismo. (...) É na medida que compreendem a necessidade de mobilizar e de unir as classes para a luta contra a dominação lusa que os representantes da classe dominante colonial fazem concessões à liberdade de imprensa. (...) É na medida em que compreendem a necessidade de limitar a independência que os representantes da classe dominante colonial opõem restrições à liberdade da imprensa. Daí as oscilações, os altos e baixos, os recuos e os avanços, acompanhando o desenvolvimento do processo” (Sodré, 1966:52).

E essa restrição à liberdade é uma das preocupações de Barbosa Lima Sobrinho, que viveu momentos conturbados da política brasileira. Para ele, não existe liberdade de imprensa sem liberdade de informação, um dever do jornalista e um direito do público. Defende o poder da im-

A liberdade de imprensa e a ética no...

pressa em deter fúrias ditatoriais. “Se queremos evitar o absolutismo, defendamos a imprensa, que substitui em verdade os poderes falidos e vale como único freio independente contra a arbitrariedade dos governos” (Sobrinho, 1988:102).

Liberdade: o direito supremo

Em estudos que fez para escrever *Direito de Informação*, Barbosa Lima Sobrinho lembra que a expressão “liberdade de informação” é contemporânea, uma novidade aparente por representar uma síntese das liberdades. “A liberdade de informação não chegava a preocupar ninguém, uma vez que a função principal da imprensa era a de defender opiniões, ficando em plano secundário o encargo do noticiário, até mesmo pela circunstância de sua escassez e da escassa credibilidade das informações prestadas (...). A expansão dos jornais inverteu as posições. O noticiário superou o comentário” (Sobrinho, 1980:155).

Diante do novo cenário em que a imprensa se colocava, no início do século, caminhando a largos passos para agilizar o processo noticioso e com a evolução de outros meios de comunicação em massa — o rádio e a televisão — Barbosa Lima Sobrinho assinala que liberdade é também a das editoras e dos autores para apresentar os fatos ao público, que também deve ter liberdade “garantida pela imprensa e contra a imprensa” (1980:155).

Sua crítica é respaldada na explicação de que “entre a liberdade de expressão e o direito à informação, há que absorver diferenças, que impõem a coexistência das duas. A liberdade de expressão é um direito de quem a utiliza. O direito à informação alcança e abrange o público a que ele se dirige. Entre os dois, há uma distância que vai de um direito pessoal a um direito coletivo. O direito à informação não se limita ao jornalista que o utiliza. Alcança também o público que dele se serve. Até mesmo porque, em relação ao jornalista, como ao locutor, deixa de ser um direito para se converter num dever, o dever de informar. A liberdade de expressão é um direito, não um dever. (...) Direito de informação abrange todos os meios de comunicação e acompanha de perto a evolução da própria imprensa, que se tornou predominantemente informativa” (1980:156).

Com essa tese, o jornalista alerta para a responsabilidade da imprensa em sempre buscar a verdade, utilizando-se da investigação e do seu poder de inquérito para apurar os fatos. Sua linha de raciocínio coincide com a desenvolvida pelo republicano Rui Barbosa, para quem “a imprensa é a vista da Nação. Por ela, a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça” (Rui Barbosa 1990: 37).

Na avaliação de Rui Barbosa, “a imprensa é a garantia de todas as garantias”(1990:39) e como tal deve respeitar, o que ele chama de “o mais inviolável dos deveres do homem público”, o dever da verdade: “verdade nos conselhos, verdade nos debates, verdades nos atos; verdade no governo, verdade na tribuna, na imprensa e em tudo verdade, verdade e mais verdade” (1990:67).

O pensador liberal assinala que cada nação poderia caracterizar-se pela imprensa que possui, de acordo com o caráter do jornalismo, garantindo que é através da “variedade, que o diversificam, das especialidades, que o enriquecem, das excentricidades, que o desnaturam, a origem do seu valor, do seu poderio, da sua resistência está na transparência luminosa da sua ação sobre a sociedade, na sua correspondência com os sofrimentos populares, na sua solidariedade com as reivindicações de direito, na irreconciliabilidade da sua existência com a ignorância, a da mentira, a da torpeza” (Cardim, 1997:704).

Definida a finalidade da imprensa, Rui Barbosa estabelece a missão do jornalista: “Cada jornalista é, para o comum do povo, um mestre de primeiras letras e um catedrático de democracia em ação, um advogado e um censor, um familiar e um magistrado. Bebidas com o primeiro pão do dia, as suas lições penetram até ao fundo das consciências inexperatas, onde vão elaborar a moral usual, os sentimentos e os impulsos, de que depende a sorte dos governos e das nações” (704).

Com tanta responsabilidade colocada sobre os ombros da imprensa e do jornalista, há a necessidade de não burlar os fatos, já que a visão liberal compara a imprensa à melhor das virtudes que uma sociedade pode almejar, colocada no alto do pedestal montado pelos homens, utilizando como alicerce as palavras.

A liberdade de imprensa e a ética no...

A lei que cerceia as palavras

Juarez Bahia reforça a teoria de a imprensa estar sempre em busca da verdade, ao afirmar que “a honestidade deve ser um elemento básico do caráter do jornalismo. Deve-se admitir, porém, que a imprensa nem sempre é honesta e, quando pratica a manipulação da notícia, é invariavelmente desonesta. Deve-se admitir, também, que ela não é mal-intencionada ou que faça da má-fé uma virtude. Muitas vezes ela simplesmente erra ao se basear em determinadas fontes” (1990:15).

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho reconhece a existência do jornalismo que serve a interesses de grupos, sempre salientando, porém, que a imprensa é boa. O que existe é o mau jornal. Admite que em alguns momentos a imprensa comete erros, mas não aconselha a intervenção reaceando os prejuízos que possa causar. “Uma legislação arbitrária destruirá a imprensa e isso representa um mal infinitamente maior do que a licenciosidade do jornalismo; enquanto que uma lei sensata conterà a imprensa sem anular o direito da crítica” (Sobrinho, 1988, 171).

Mas o que distancia a imprensa boa da imprensa má? A linguagem, a abordagem do assunto, a questão ética ou apenas uma visão burguesa do papel da imprensa? Ou será que a diferença entre boa e má está na relação que o meio mantém com o poder, a fim de conseguir subsídio, prestígio, garantias para continuar a funcionar, sem ter que se preocupar

“Jornalismo é política,
contudo não é fonte do
poder político”.

com as rédeas da lei? “A ótica burguesa distingue a ‘boa’ e a ‘má’ imprensa. A primeira bem comportada, goza de privilégios; a outra é sempre depreciada e punida porque ameaça os bons costumes e a ordem”, diz a historiadora Maria Helena Capelato.

Os estudos, elaborados pela professora Marialva Barbosa sobre a imprensa existente no Rio de Janeiro até a década de 20, demonstram que “a boa imprensa, digna, honesta, moralizadora, seria aquela – segundo as idealizações correntes – que se pautasse pela busca da verdade, que pregasse a conciliação, a ordem e o respeito à lei. Seria aquela que publicasse a verdade dos fatos” (Barbosa, 1997: 163).

Os caminhos traçados por Barbosa Lima Sobrinho descartam a visão maniqueísta da burguesia sobre a imprensa. Levam à interpretação inicial de que sua preocupação está no comportamento do profissional, ao assinalar que a ação libertadora da imprensa está nas mãos do próprio jornalista, bastando para isso a noção de responsabilidade de sua atuação social, seguindo rigidamente as normas da ética.

Sua argumentação é a de que o jornal voltado para o espírito público permite maior receptividade para as notícias e idéias, sendo sabiamente exploradas. A elevação desse espírito depende da ação da chamada “boa imprensa”, calcada na formação intelectual do profissional. Chama a atenção da academia para a formação cultural do homem que atua na imprensa. O diploma, para ele, funcionaria como um escudo de proteção para o profissional e poderia elevar o nível da linguagem na e da imprensa.

Com esse raciocínio, aponta as virtudes da imprensa: educadora, por ser absorvida com rapidez pela população; civilizadora, com sua capacidade de acompanhar fatos que moldam a sociedade, exemplificando com as campanhas liberais no início do século; fiscalizadora do poder público, capaz de servir como freio à desonestidade.

Árduo defensor do papel da imprensa, não mede elogios aos resultados sociais que provoca, atuando como uma peça importante nesse maquinário imaginável. Como uma mola propulsora que impele outras peças a se moverem, quando leva à sociedade a reflexão sobre os acontecimentos sociais.

Mas é nesse ponto que a ética se torna o eixo principal da discussão. “O jornalismo, que lida diariamente com essa carga enorme de conflitos sociais, lida igualmente com a carga moral que integra esses conflitos. E o jornalista possui, também, uma certa reflexão preliminar (mesmo que reprodução dos padrões comuns da sociedade) sobre o mundo e sobre os fatos que acompanha” (Karam, 1997:62).

A ética sempre está em volta de todos os assuntos inerentes ao jornalismo, que se presta a buscar a informação onde quer que esteja, assim como um missionário que procura não perder de vista a sua função dentro da comunidade em que atua.

Mas é também a ética ponto de discórdia, sempre questionada socialmente, sempre abordada nos mais variados fatos cotidianos. É o laço

A liberdade de imprensa e a ética no...

atado na ponta do dedo do jornalista, lembrando-o da utilidade da notícia. O jornalismo pode “ultrapassar fronteiras políticas, econômicas, sociais, culturais; ultrapassar fronteiras do conhecimento segmentado, compartimentado, sonogado, traduzindo-o mediante uma linguagem universalizada e permitindo aos indivíduos, no seu cotidiano, terem acesso sobre como a humanidade se produz a si mesma, como o Poder decide o futuro dos cidadãos, como a Ciência propõe nossos destinos, como a Arte engrandece e satisfaz espiritualmente a alma humana” (1887:96).

Dessa forma, o jornalista deve ter livre acesso à informação, com responsabilidade para abordá-la. A liberdade da imprensa deve imperar acima de qualquer regime, fugindo das oscilações decorrentes da maré política. “Ninguém ignora que é através dela (a imprensa) que hoje se estabelece o contato entre a Nação e os poderes públicos. Pode-se mesmo afirmar que a opinião pública existe na medida em que a imprensa tem condições para exercer a sua função de defensora e orientadora da coletividade. Um país sem uma imprensa eficiente e livre é como um organismo doente. Os jornais são pulmões. Sem eles o corpo social não pode respirar” (Mesquita, 1984:24).

Dentro desse quadro, a “missão do jornal” é apresentar aos homens uma realidade em que possam atuar, já que é impossível dar todas as opiniões e informações que se acumulam diariamente numa sociedade. A função do jornalista que atua como o filtro dessa seleção é o de ter consciência de sua função, diante de suas limitações. “A liberdade de imprensa está condicionada à própria finalidade da liberdade—que é o bem comum. A ele, e unicamente a ele, deve ser condicionada a liberdade de trabalhar por ele. A liberdade comporta o debate para esclarecer a verdade (...)” (Lacerda, 1990:58).

A liberdade e a verdade sempre estiveram lado a lado da imprensa, que, conseqüentemente, também sempre esteve em seus encaixos. Assuntos que permeiam as redações dos jornais, e nunca abandonaram a profissão do jornalista. Junto está a ética, que pode ser comparada à ponta afiada de um *iceberg*, que ao longe mostra beleza e próxima representa um risco fatal, para quem quiser ignorá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica - História da Imprensa Brasileira**. São Paulo: Ática. 1990
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, Poder e Público - os diários do Rio de Janeiro - 1880/1920**. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1996
- BARBOSA, Rui. **A Imprensa e o Dever da Verdade**. São Paulo: Edusp, 1990
- CARDIM, Elmano - **Rui Barbosa - o jornalista da República**. In: LACERDA, Virgínia Cortes (seleção, organização e notas) Rui Barbosa - escritos e discursos seletos, Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1997
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2ª. ed. 1988
- GARCIA MARQUES, Gabriel. **A melhor profissão do mundo**, artigo publicado na Revista Caros Amigos, no. 1, 1997
- KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade** - São Paulo: Summus, 1997
- LACERDA, Carlos. **A Missão da Imprensa**. São Paulo: Com/Arte. 1990
- LEVI, Renato. **O jornalismo como disciplina científica**. In: Intercom - Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, vol. XVI, jul/dez de 1993
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Direito de Informação**. Separata da Revista de Informação Legislativa. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1980
- _____. **O Problema da Imprensa**. 2ª. Ed. São Paulo: Com/Arte. 1988
- MESQUITA, Francisco Neto. **Liberdade de imprensa na América Latina**. In: MARQUES DE MELO, José (org.). Censura e Liberdade de Imprensa. São Paulo: Com/Arte, 1984
- MEYER, Philip. **A Ética no Jornalismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966